

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Obitório de São Paulo Class.: Pacto Amazônico

Data: 16.07.77 Pg.: 9 06

Peru apóia soberania sobre rios

Da sucursal de
 BRASÍLIA

O Brasil e Peru reafirmaram ontem, no comunicado conjunto assinado pelos chanceleres Azeredo da Silveira e José de La Puente, o seu apoio ao princípio da soberania "permanente e inalienável" dos Estados sobre seus recursos naturais, "para promover seu desenvolvimento econômico e social e o bem-estar de seus povos, sem nenhum obstáculo externo". Os dois países expressam também, em outro trecho do comunicado, sua concordância em torno de um sistema de cooperação multilateral na Amazônia, numa clara referência ao Pacto Amazônico proposto há dias, em forma de anteprojeto, pelo Itamaraty a seis países — inclusive o Peru.

Em outro trecho do comunicado, Brasil e Peru referem-se à igualdade soberana dos Estados e à sua integridade territorial e prometem não intervir em assuntos internos e externos de outros países. Em seu discurso durante a solenidade de encerramento dos trabalhos da Comissão Mista, o Chanceler Azeredo da Silveira manifestou sua satisfação com o "incessante e notável incremento das relações brasileiro-peruanas, como resultado do esforço comum dos dois governos". José de La Puente afirmou, por sua vez, que a cooperação bilateral entre Brasil e Peru é um exemplo para outros países, lembrando que a presença dos dois chanceleres no encerramento dos trabalhos da Comissão Mista veio emprestar apoio político às decisões técnicas ali tomadas.

ELEIÇÕES

O chanceler peruano encerrou, ontem, sua visita a Brasília, com um programa bastante movimentado, que começou com uma visita ao Congresso, às 10 horas, onde foi recebido sem muitas formalidades pelo presi-

dente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Flávio Marcello, e pelo primeiro-secretário do Senado, Mendes Canale e pelo líder do governo, senador Eurico Rezende. Na oportunidade, José de La Puente revelou que o presidente Morales Bermudez anunciará, no próximo dia 28 de julho — data nacional do Peru —, o cronograma do projeto de redemocratização do País, que prevê a eleição de uma assembléia constituinte para 1980. O chanceler peruano destacou, na conversa com os senadores, a importância do sistema democrático representativo e disse que o governo de seu país espera sanear a economia para a entrega do poder "à civilidade", como fez questão de frisar. A tarde, ele visitou o governador do Distrito Federal, Elmo Farias, e no Itamaraty, junto com o chanceler Azeredo da Silveira, presidiu o encerramento dos trabalhos da IV sessão da Comissão Mista Brasil-Peru. À noite, ele recebeu Azeredo da Silveira na Embaixada de seu país.

Mais uma vez, o chanceler Azeredo da Silveira referiu-se ao "encontro histórico" dos presidentes Ernesto Geisel e Morales Bermudez, de novembro do ano passado, que permitiu a troca dos instrumentos de entrada em vigor de atos assinados naquela oportunidade, como o convênio comercial, o acordo para a constituição de uma subcomissão mista brasileiro-peruana para a Amazônia e o acordo sanitário para o meio tropical. Segundo Silveira, decorrido curto período daquela data, os projetos que começam a ser implementados "constituem eloquente testemunho do dinamismo que imprimimos às nossas relações". A esse respeito, José de La Puente referiu-se ao conceito pragmático do desenvolvimento dos dois países, lembrando que o que antes existia como projeto hoje é uma realidade.

Acordos assinados

Ao presidir o encerramento dos trabalhos da comissão mista Brasil-Peru, os chanceleres Azeredo da Silveira e José de La Puente assinaram os instrumentos que porão em vigor três acordos bilaterais firmados entre os governos dos dois países a 5 de novembro do ano passado, época do encontro dos presidentes Geisel e Bermudez, na fronteira brasileiro-peruana.

O convênio comercial destina-se a assegurar o abastecimento regular de produtos prioritários entre os dois países; o acordo sanitário para o meio tropical, de vigência ilimitada, prevê o desenvolvimento de extenso programa de cooperação no campo da saúde no meio tropical; e o terceiro acordo prevê a constituição de uma subcomissão mista brasileiro-peruana para a Amazônia, cuja primeira reunião já se realizou em Iquitos, Peru, no dia 3 de junho.

Pelo acordo comercial, os dois países deverão trocar informações sobre suas disponibilidades de venda e necessidade de compra, por meio de empresas e organismos competentes. Os produtos de exportação peruana constantes do convênio são: metais não-ferrosos (cobre refinado, prata refinada, zinco, chumbo e outros) derivados de metais, produtos manufaturados (válvulas de água, peças de automóveis e outros), produtos pesqueiros e adubos fosfatados. A lista de exportações brasileiras inclui produtos agropecuários (milho, soja, carnes e derivados), minerais (bauxita e alumínio), industrializados, combustíveis e outros derivados do petróleo.

Nos termos do acordo sanitário, a cooperação entre os dois países será objeto de acordos específicos nas áreas de patologia tropical, recursos de instituições, formação de recursos humanos e pesquisas. Esses programas específicos serão estu-

dados pelos ministérios da saúde dos dois países. No campo da patologia tropical, o acordo prevê a realização de estudos especiais sobre as enfermidades infecciosas e parasitárias de maior incidência no meio tropical, tais como malária, febre amarela, leishmaniose, tripanossomíase e outras, além de investigações sobre toxoplasmose e esquistossomose e outras cuja etiologia ainda não está bem determinada.

Com vigência ilimitada, a subcomissão mista para a Amazônia foi criada como um órgão da comissão mista brasileiro-peruana de cooperação econômica e técnica e deverá reunir-se anualmente. Tem por finalidade a colaboração bilateral para o desenvolvimento das regiões amazônicas de ambos os países. Suas atribuições compreendem o exame e a coordenação da cooperação técnica entre Brasil e Peru na região amazônica, a elaboração de programas específicos de cooperação técnica, o estudo e a recomendação de medidas a serem adotadas para a ampliação dessa cooperação e a criação de grupos de trabalho destinados a participar dos programas elaborados e a estudar os temas específicos propostos.

Especificamente, a subcomissão para a Amazônia deverá dar destaque a aspectos tais como estudos de problemas locais e adoção de medidas para a regularização do intercâmbio comercial fronteiriço; análise de bases de cooperação nos campos da agricultura, pecuária, floresta, indústria, pesca, mineração, saúde e outros; formulação de propostas para favorecer o desenvolvimento das relações mediante identificação, elaboração e financiamento de programas específicos e cooperação entre institutos de ambos os países: a Sudam, do lado brasileiro, e o Comitê de Desenvolvimento Regional do Oriente (CDRO), do lado peruano.



Telefotos da sucursal de Brasília

De La Puente: liberalização do regime peruano e apoio ao Pacto Amazônico

É a hora dos peritos em Amazônia

"O Peru propôs ao governo brasileiro a realização de uma série de reuniões de peritos e técnicos dos países que já aderiram ao Pacto Amazônico para estudar, em conjunto, a grande variedade de trabalhos que já existe sobre a região". A afirmação é do chanceler do Peru, José de La Puente Rabbil, que explicou ser a proposta peruana uma iniciativa visando a proporcionar uma base concreta e operante ao tratado que deverá criar o pacto, "livrando-o da retórica e dando-lhe condições de ser atuante".

Segundo o chanceler, as etapas do diálogo visando à criação do pacto têm sido tão rápidas que, dentro de dois meses, já se poderia realizar a reunião de peritos. Embora esquivando-se de comentar as linhas gerais do anteprojeto proposto pelo Brasil para a formalização do tratado, de La Puente afirmou que os dois países são os mais interessados em impulsar a idéia, "talvez por já estarmos colaborando bilateralmente na região e, portanto, realisticamente conscientes das grandes possibilidades de integração multilateral".

O chanceler preferiu não comentar de que maneira a falta

de resposta por parte da Venezuela à proposta de adesão ao pacto foi discutida com Azeredo da Silveira, mas manifestou esperança de que a Venezuela concorde com o diálogo, mais cedo ou mais tarde, "porque discutir o assunto é também de seu interesse".

"Investigação a nível técnico, cooperação entre os países amazônicos e, finalmente, integração econômica da região são os passos que deveremos seguir na consolidação do pacto, sem descuidar do aspecto da segurança global da área — explicou. A idéia pode ser desenvolvida de tantas maneiras diferentes que se trata de um verdadeiro desafio à imaginação. Teremos de prosseguir passo a passo; os mecanismos políticos seguindo o embasamento técnico e ecológico".

A cooperação Brasil-Peru na Amazônia que, por meio dos trabalhos da subcomissão da Amazônia já está adiantada, com convênios assinados e alguns já ratificados — sobre integração rodoviária, preservação da flora e da fauna, medicina tropical e auxílio médico às populações, entrepostos e uso de portos, navegação fluvial — poderá servir de exemplo ao pacto como um

exemplo, afirmou o chanceler peruano: "Não vejo, porém, necessidade de estarem coordenadas, uma e outra, as formas de cooperação; elas podem substituir ao mesmo tempo, uma bilateral, atendendo aos interesses específicos do Brasil e do Peru e a segunda, multilateral, dimensionada para englobar todos os países da região".

Em conformidade com a praxe diplomática — "sou um profissional da carreira" — de La Puente não quis comentar as divergências Brasil-Argentina e Brasil-Venezuela, bem como suas consequências em termos de integração da América Latina. "Não creio, porém, que o Brasil tenha proposto a formação do Pacto Amazônico como uma tentativa de "ganhar prestígio"; o Brasil, pelas suas dimensões, população e desenvolvimento econômico, tem um peso no continente que não varia ao sabor de melhores ou piores alianças com os outros países. É uma característica intrínseca da nação brasileira, não dependendo de sua posição relativa e circunstancial".

Tendo se esquivado de várias perguntas, o chanceler esboçou um sorriso de satisfação quando

lhe perguntaram sobre redemocratização do Peru. "Esta, posso responder plenamente. Em 1980, em eleições diretas, o povo escolherá seus dirigentes. Isto faz parte de um cronograma elaborado para a entrega do poder aos civis que, iniciado em 1977, terá três etapas: eleições municipais, eleição de uma Constituinte e, finalmente, escolha direta do presidente. Chanceler enfatizou a importância da Constituinte "porque será a maneira de incorporar à nossa Carta Magna as grandes realizações da revolução peruana — reforma agrária, que terminou com o latifúndio no país; a nacionalização dos bancos e de todas as nossas riquezas naturais e participação dos operários não só nos lucros das empresas como também nas decisões tomadas pelos dirigentes destas entidades".